

2^a
EDIÇÃO

revista, atualizada
e ampliada.

JOSÉ DO CARMO VEIGA DE OLIVEIRA

A FORÇA DO
• EFEITO VINCULANTE •
NO NOVO CPC

mercado, economia, globalização, sistema judiciário, direitos
fundamentais e as inconstitucionalidades do novo CPC

Copyright © 2016, D' Plácido Editora.
Copyright © 2016, José do Carmo Veiga de Oliveira.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

1109007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

OLIVEIRA, José do Carmo Veiga de.

A força do Efeito Vinculante no Novo CPC: mercado, economia, globalização,
sistema judiciário e direitos humanos fundamentais -- 2. ed. -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-734-8

1. Direito Constitucional 2. Sistema Judiciário 3. Efeito Vinculante 4. Direitos Huma-
nos. I. Título. II. José do Carmo Veiga de Oliveira.

CDU 343

CDD 341.43

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação	17
---------------------	-----------

Introdução	25
-------------------	-----------

Capítulo I

O Direito Homogêneo – Padrão Internacional Idêntico	29
1.1. O sistema <i>soft law</i>	39
1.2. O Direito Globalizado	46
1.3. O Estado-Nação	59
1.4. O Poder de Decisão	81
1.4.1. A Esfera Política.....	86
1.4.2. A Esfera Econômica.....	95
1.4.3. A Sociedade Global	99
1.4.4. Não-Fragmentação do Direito?	105
1.4.5. Decisões Internas Previamente Conhecidas	113

Capítulo II

Constituição e Jurisdição Constitucional.....	119
2.1. O Conceito de Jurisdição Constitucional.....	123
2.2. Efeito Vinculante no Brasil	128
2.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade	139
2.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	142
2.5. Declaração de Nulidade de Lei	144

2.6. Interpretação conforme a Constituição	145
2.7. Súmula Vinculante e Recurso Extraordinário	146
2.7.1. Efeito Vinculante no Controle Concentrado de Constitucionalidade	146
2.7.2. Efeito Vinculante no Controle Difuso de Constitucionalidade	151
2.7.3. O Controle de Constitucionalidade <i>Incidenter Tantum</i> Via Recurso Extraordinário em <i>Âmbito Difuso</i>	155
2.7.4. Modulação Temporal dos Efeitos no Controle Difuso	162
2.7.5. Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes.....	164
2.7.6. Recurso Extraordinário.....	164

Capítulo III

O Controle Difuso de Constitucionalidade nas Constituições do Brasil Imperial e Republicano	183
3.1. A Constituição Imperial outorgada em 25 de Março de 1824	186
3.2. A Primeira Constituição Republicana – 24 de Fevereiro de 1891	189
3.3. A Constituição de 1934	191
3.4. A Constituição de 1937	192
3.5. A Constituição de 1946	194
3.6. A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional n. 01/69	195
3.7. A Constituição de 1988.....	197

Capítulo IV

O Efeito Vinculante e a Homogeneização do Direito Brasileiro	203
4.1. Efeito Vinculante como Instrumento Homogeneizador do Direito	203
4.2. Efeito homogeneizador interno e sua utilização pelo Supremo Tribunal Federal.....	220
4.3. Efeito homogeneizador interno e sua utilização pelo Supremo Tribunal Federal – Raízes no Direito Anglo-Saxônico.....	234
4.4. A Ingerência Externa na Prestação Jurisdicional por meio da Emenda Constitucional n. 45, de 08 de Dezembro de 2004.....	241
4.5. O “Novo” Código de Processo Civil.....	263
4.6. Efeito homogeneizador como instrumento da “política” econômica internacional.....	265

4.7. O Efeito Homogeneizador das Decisões Judiciais por meio do Projeto de Lei n. 8.046/2010 do Senado Federal – O “Novo” Código de Processo Civil.....	275
4.8. Fragilização ou Reforço dos Direitos Humanos Fundamentais?	283

Capítulo V

Dos Precedentes à Brasileira ou Tropicalizados	301
5.1. Características do sistema de precedentes à luz da <i>common law</i> – divergência com o sistema jurisprudencial e seu abandono para a adoção de decisões prospectivas	301
5.2. Figuras típicas da <i>Common Law: Distinguishing</i> ou <i>Distinguish, Overruling</i> e <i>Overriding</i> – técnicas de superação dos precedentes .	309
5.3. <i>Obter Dictum</i> ou <i>Obter Dicta</i> e <i>Ratio Decidendi</i> – distinção e aplicação na nova sistemática “brasileira” – os precedentes e o trânsito em julgado da “fundamentação” das decisões judiciais	314
5.4. Estabilidade – integridade – coerência – exigência da novel legislação processual quanto à uniformização da jurisprudência dos tribunais – a análise de questões fáticas nos recursos especial e extraordinário – reflexões quanto às súmulas já editadas pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.....	320

Capítulo VI

Análise Comportamental do Supremo Tribunal Federal frente à edição de Súmulas Vinculantes.....	327
6.1. Os caminhos do Supremo Tribunal Federal quanto ao efeito vinculante.	336

Inconstitucionalidades no novo código de Processo Civil 359

Conclusão 477

Referências 489
